



SGA Auditores Independentes
Fone: (11) 2295-1444
www.sgaconsult.com.br
Praça Sílvio Romero, 55 - Conjunto 41
Tatuapé - São Paulo - SP - CEP 03323-000

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S/A - PROGUARU

31 de dezembro de 2019

Relatório dos auditores independentes



Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - Proguaru

31 de dezembro de 2019

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais	8
Demonstração dos resultados.....	9
Demonstração dos resultados abrangentes.....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Balanço social.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. - PROGUARU
Guarulhos – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. – PROGUARU, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do balanço social para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. – PROGUARU em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Apropriação dos custos de serviços prestados

Na demonstração do resultado do exercício de 2019 é apresentado um crescimento de 51% da receita bruta, quando comparado a 2018 (R\$ 120.580 mil em 2019 e R\$ 79.609 mil em 2018), enquanto os custos apresentam crescimento de 6% no mesmo período (R\$ 76.412 mil em 2019 e R\$ 71.972 mil em 2018). A sociedade está implementando um novo sistema de custos com ferramentas que demonstram a segregação dos custos em relação as despesas administrativas. Na data do nosso relatório de auditoria, a administração estava na fase de implementação desse novo sistema. Não conseguimos confirmar ou verificar por meios alternativos a adequação da segregação mencionada e dessa forma não foi possível obter evidência de auditoria adequada e suficiente quanto a necessidade de ajustar esses valores e apurar o impacto no resultado.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. – PROGUARU, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1, que apresenta o Plano de Recuperação Econômico e Financeiro da Sociedade e resume as ações adotadas de curto, médio e longo prazos. A Sociedade possui prejuízos acumulados de R\$ 204.127 mil em 31/12/2019 (R\$ 210.106 mil em 31/12/2018, ajustado), bem como possui insuficiência de capital circulante líquido de R\$ 72.194 mil em 31/12/2019 (R\$ 67.882 mil em 31/12/2018). Essa condição indica que a continuidade normal das operações da Sociedade está relacionada ao sucesso do Plano de Recuperação Econômico e Financeiro, o que indica a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal das operações da Sociedade. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade de suas operações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para as notas explicativas 13.2 e 20 que apresentam débitos inscritos na PFGN Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no montante de R\$ 129.612 mil em 31/12/2019 (R\$ 107.016 mil em 31/12/2018) que estava sendo discutido no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e foi indeferido em última instância, tornando-se assim débito inscritos na Dívida Ativa da União e objeto de recurso junto ao Poder Judiciário. Segundo seus assessores jurídicos internos a probabilidade de perda desta ação é possível. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31/12/2019, preparada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demais demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2018, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores, que apresentaram opinião sem ressalvas em relatório emitido em 29 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração e o balanço social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e o balanço social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e o balanço social e, ao fazê-los, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração e no balanço social somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de março de 2020.

SGA Auditores Independentes

CRC 2SP-027839/O-9



Sidnei Gomes de Avelar

Contador CRC 1SP-219997/O-1



Danilo Soares Avila

Contador CRC 1SP-290567/O-9